

# Crime de imprensa deve ir para júri popular

"Uma antiga reivindicação dos jornalistas brasileiros", segundo o conselheiro que a apresentou, Mário Martins, foi acolhida ontem sem dificuldade pela Comissão Afonso Arinos: os crimes de imprensa julgados pelo tribunal do júri. De autoria do Presidente da ABI, Barbosa Lima Sobrinho, foi apresentada por Mário Martins a pedido do próprio autor, que tem estado ausente das reuniões de Itaipava. Trata-se de condensação de proposta elaborada pelo jurista Clóvis Ramalheite sob encomenda da ABI.

— O jornalista exerce uma profissão em que o maior direito não é o de expressar seu pensamento, mas o de permitir que o cidadão comum se mantenha informado. Por excesso de zelo ou pelo anseio de antecipar informações, os profissionais de imprensa podem perder a serenidade. Mas eventuais prejuízos causados em tais circunstâncias devem ser julgados pelo povo, através do corpo de jurados, e não pelo juiz singular — explicou Mário Martins, veterano jornalista e político.

Após mais de duas horas de discussão, a Comissão aprovou, no fim da noite, proposta dos conselheiros José Alberto As-

sunção e Sepúlveda Pertence que obriga a União e os Estados a manterem quadros próprios de defensores públicos concursados e organizados em carreira. Presente, o defensor público Helvécio Ribeiro Guimarães afirmou que o pobre é que ganhará, se a proposta também for aprovada pela futura Constituinte, porque, "se o Estado tem

gurar o pleno exercício da cidadania e proteger o cidadão contra omissão ou abuso de autoridade. Como a discussão se prolongasse, Padre Fernando Bastos de Avila, que presidia a Comissão, vendo muitos conselheiros a favor e muitos contra essa inovação, transferiu para a próxima reunião (hoje cedo) as discussões.

---

## *Discussão sobre a figura do defensor do povo foi bem agitada e acabou adlada para hoje*

---

quem acuse (a promotoria), eticamente está obrigado também a dar condições eficazes de defesa aos necessitados". Pela proposta, os defensores só serão substituídos por advogados contratados se o quadro do Estado for insuficiente.

No fim da noite entrou em discussão também proposta segundo a qual deve ser introduzida no Brasil a figura do "defensor do povo" (qualquer coisa como o ombudsman sueco), para asse-

Reunida em Itaipava desde segunda-feira, a Comissão contou ontem pela primeira vez na atual etapa com a presença do romancista Jorge Amado, recebido com aplausos pelo plenário em função da criação da Fundação Jorge Amado e da homenagem que recebeu em Brasília. Atendendo a vários conselheiros que têm compromissos profissionais ou familiares em suas cidades, as atividades de plenário estarão suspensas a partir do meio-dia de hoje e até as 9h de terça-feira. Serão retomadas então as questões "Federação e organização tributária", "Poder Legislativo e organização partidária", "Poder Executivo", "Poder Judiciário" e "Ministério Público", o que falta para elaboração do texto final. Alguns conselheiros ficam em Itaipava examinando textos.